

# O Novo Arquivo

Um espaço  
de cultura  
e qualidade

Texto de FRANCISCO D'OREY MANOEL<sup>1</sup> e MARIA LUÍSA GUTERRES BARBOSA COLEN<sup>2</sup>  
Fotografias de CARLOS SOUSA<sup>3</sup> e VÍTOR SILVA<sup>4</sup>

## O Arquivo Histórico preserva a *Memória* da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O novo espaço dignificará a imagem da Instituição

### A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) possui mais de 500 anos de História e de acção ininterrupta na cidade de Lisboa. Logo no início da sua actividade começaram a ser produzidos registos que formaram o Arquivo inicial da Misericórdia. Este espólio foi sendo reunido e conservado ao longo dos séculos e, actualmente, o Arquivo preserva importantes exemplares, nomeadamente:

- Regulamentação interna e documentos relacionados com a actividade administrativa (Compromissos quinzentistas, livros de Actas ou Ordens de Mesa);
- Registos de privilégios e mercês;
- Diplomas legais sobre a actividade da Santa Casa;
- Projectos desenvolvidos junto dos mais carenciados e desprotegidos, destacando-se os elementos referentes aos Expostos, ao Recolhimento das Órfãs, às visitadas, à atribuição de subsídios, às cozinhas económicas e à sopa dos pobres;
- Gestão financeira e patrimonial (incluindo livros de caixa, documentação de receita e despesa, testamentárias, tombo de propriedades, escrituras, inventários);
- Elementos referentes aos diversos jogos sociais;
- Documentação relacionada com o apoio religioso

**O espólio do Arquivo foi sendo reunido e conservado ao longo dos séculos e, actualmente, preserva importantes exemplares**



O aumento da produção documental exigiu que o Arquivo Geral fosse transferido para novas instalações



Antigo Arquivo Geral, no Complexo de São Roque

(englobando processos de casamento, óbitos ou autênticas de relíquias).

A Misericórdia de Lisboa possui igualmente uma importante biblioteca de Livro Antigo. A sua descrição tem vindo a ser publicada em vários catálogos que reúnem informação sobre os exemplares impressos entre os séculos XV e XVIII.

Todo este espólio documental e bibliográfico encontra-se à guarda do Arquivo Histórico/Biblioteca da Instituição.

#### O PERCURSO GEOGRÁFICO DO ARQUIVO

A sede da Misericórdia, localizada inicialmente numa das capelas da Sé de Lisboa, foi transferida, em 1534, para um novo edifício mandado erigir por D. Manuel I. A documentação terá sido acondicionada numa área mais ampla e adequada. Por outro lado, o aumento de atribuições e acções implementadas por esta Misericórdia, originaram o progressivo crescimento do arquivo. O controlo da informação era assegurado por um sistema eficaz de organização e recuperação dos dados que iam sendo recolhidos, de modo a poderem ser facilmente consultados.

Em 1755, o terramoto e o violento incêndio que se lhe seguiu, destruíram o edifício manuelino e praticamente toda a documentação aí guardada. Desde logo,

os responsáveis da Instituição tiveram a preocupação de reconstruir os processos do "Cartório" (antiga designação de Arquivo), ordenando também que fossem copiados todos os registos pertinentes<sup>1</sup>, preservados na Torre do Tombo e no Arquivo do Hospital de Todos-os-Santos (*ver caixa em baixo*).

A adequada reprodução e organização do espólio, foi uma prioridade que se manteve, tendo em vista a recuperação de todos os elementos considerados essenciais. Nesse sentido, a 3 de Janeiro de 1842, surgiu uma determinação da Comissão Administrativa da SCML, onde se referia a necessidade de ser elaborado um índice geral do Cartório.

Apesar destas orientações, persistiram sempre deficiências relacionadas com uma eficaz recuperação de elementos e processos. O Arquivo continuava a necessitar de instalações adequadas e de funcionários com formação específica, tal como era indicado, no final do século XIX, pelo arquivista Vitor Maximiano Ribeiro. Só assim seria viável levar a cabo um trabalho com continuidade, tendo por objectivo descrever, preservar e divulgar esta documentação de elevado valor e interesse histórico-cultural. Este espólio permitiu que Vitor Ribeiro recolhesse elementos para poder escrever a primeira História da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa<sup>2</sup>. O sucesso desta obra foi certamente um dos factores que provocou um crescente interesse pelo Arquivo desta Instituição. Foi então que a Mesa da Misericórdia deliberou que "tendo a Administração reconhecido a impossibilidade de conservar nas condições em que existem o Arquivo e Biblioteca da Santa Casa, pela impropriedade do local e sendo de urgente necessidade remediar esta situação resolve: 1º que para o Arquivo e Biblioteca seja apropriada para a camarata nº 6,

**O Hospital de Todos-os-Santos**, gerido pela Misericórdia, foi também destruído pelo terramoto de 1755. A sua documentação foi salva porque tinha sido transferida para outras instalações, devido a um incêndio que, em 1750, havia deflagrado no imponente edifício do Hospital.

Consultar O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa, de Mário Carmona (1954).

dita D. Estefânia [...]”<sup>2</sup>.

Nas sessões de Mesa realizadas a 9 de Abril e a 20 de Dezembro de 1906, foi determinado que fossem executadas obras no Arquivo, transferindo o Serviço para a área que era “ocupada pela repartição da sopa de caridade e casa contígua dependência da igreja de S. Roque [...]”, de modo a colocar a documentação “no abrigo de risco de fogo [...]”.

Nos anos 30, na sequência de uma visita do técnico da Inspeção-Geral das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, foi recomendado que se procedesse à arrumação e catalogação de “todo o recheio do arquivo”, localizado em “instalações provisórias”<sup>3</sup>. Era Provedor o Dr. José da Silva Ramos e foi decidido efectuar obras, de modo a transferir o espólio para “instalações condignas [...] aproveitando-se a construção de um novo pavimento sobre a ala em que está instalada a Repartição da Secretaria e compartimentos juntos à mesma [...] para o prolongamento das instalações do arquivo [...]”<sup>3</sup>.

Posteriormente, em 1960, o Inspector Superior das Bibliotecas, Dr. Luis Silveira, elaborou um relatório onde salientava: “Apesar das salas não reunirem as condições mínimas de iluminação, temperatura, arejamento e tipo de



Instalações do Arquivo na Av. D. Carlos I

estantaria, não apresentam as espécies qualquer vestígio de ataque generalizado, nem de insectos bibliófagos nem de fungos, e como a instalação das espécies é provisória, não parece estarem sujeitas a perigo iminente se forem tomadas certas medidas [...]. Quanto à estantaria notaram-se vários ataques [...]”. Mesmo depois destas recomendações, as instalações não sofreram alterações significativas, nem foram contratados mais técnicos. Estes aspectos, já então, eram considerados essenciais para se conseguir melhorar o trabalho desenvolvido pelo Arquivo e alcançar os objectivos desejados.

Em 1965<sup>4</sup> foi considerada a hipótese de transferir o Arquivo para parte da área que era ocupada pelo depósito de inutilizados (em Xabregas), mas tal solução não se concretizou. Com o passar dos anos, sem qualquer tipo

de intervenção, a situação agravou-se, tendo como consequência que, no início de 1971, fossem elaborados estudos para escolha de um novo espaço, optando-se pelo imóvel da Avenida D. Carlos I nº 126/Rua de São Bento nº 9<sup>1</sup>, onde ainda hoje se encontra sediado o Arquivo Histórico/Biblioteca (designação atribuída ao Serviço, em 1993, através da 1104ª deliberação, da 70ª sessão de Mesa).

Esta área, embora mais adequada, não foi construída com o objectivo de aí acondicionar processos, uma vez que:

– Se trata de uma zona ao nível da cave, destinada a garagem de apoio ao prédio, tendo sido nessa garagem (onde existem diversas canalizações de águas), que se realojou o espólio arquivístico;



**Espaço exterior, antes e durante a obra**

– O depósito da documentação é amplo e não contém compartimentação (o que não facilita o combate eficaz às eventuais inundações ou fogos);

– As instalações se situam sobre dois pisos onde funciona uma oficina de reparação e estacionamento de viaturas, situação que envolve riscos acrescidos de poluição, explosão e incêndio.

Perante estes perigos, implementaram-se algumas alterações, no sentido de minimizar os problemas acima apontados. Entre outras medidas, foi decidido:

– Equipar o Arquivo com um sistema de detecção de incêndios;

– Proceder-se a um registo diário das condições ambientais dos depósitos, de modo a tornar possível a correcção de eventuais desvios;

– Inutilizar diversas tubagens de água que percorrem o depósito.

Por outro lado, em 1987 *“deliberou a Mesa a sua concordância de princípio: a) com a transferência oportuna da Biblioteca e do Arquivo Histórico para S. Roque (cabendo às instalações da Av. D. Carlos I a função de arquivo intermédio) [...]”*. Nessa época, esta determinação não se cumpriu.

No entanto, a salvaguarda e recuperação do património arquivístico continuava a efectuar-se, tendo sido restaurado um número significativo de documentos de extremo valor e significado.

Com a explosão do volume documental (designadamente a partir dos anos 60), o Arquivo ganhou maior visibilidade, sendo-lhe solicitado um crescente número de actividades, nomeadamente de avaliação e selecção da documentação. Passou também a haver uma maior preocupação com a salvaguarda da informação. Em 1994, foi requerido ao Arquivo que apresentasse uma proposta<sup>8</sup> de transferência do Serviço para um edifício concebido para esse fim, de modo a serem evitadas novas transferências. Foi então desenvolvido um grande esforço e, devido ao empenhamento das diversas Mesas da Misericórdia de Lisboa e ao inestimável apoio das chefias da Secretaria-Geral, foi possível alcançar este objectivo. A vontade de querer avançar com um programa inovador, foi viável graças a uma conjuntura favorável e a um período de maior disponibilidade financeira.

**Com a explosão do volume documental, o Arquivo ganhou maior visibilidade, sendo-lhe solicitado um crescente número de actividades, nomeadamente de avaliação e selecção da documentação**

Isto teve como consequência a escolha de um parceiro de referência, tendo-se estabelecido um protocolo com a Direcção-Geral dos Edifícios

Transformação do espaço em área de depósito do Arquivo



e Monumentos Nacionais<sup>9</sup>. O objectivo foi permitir que a Direcção-Geral elaborasse um projecto arquitectónico com características e qualidade técnica, essenciais à boa preservação e segurança da documentação. O início das obras teve lugar em Setembro de 2005.

#### MAIS QUALIDADE, MELHORES SERVIÇOS

A transferência do Arquivo Histórico trará consigo uma alteração profunda a nível da qualidade (melhorando substancialmente as condições de acondicionamento e preservação da documentação), do trabalho de todos os colaboradores e modificará também, de forma radical, a oferta disponibilizada aos utilizadores.

#### Estantes Compactas

Continuar-se-á o trabalho de preparação documental e, as caixas onde são acondicionados os documentos, serão instaladas num sistema de estantes rolantes com características específicas, destinadas a conservar convenientemente todo este importante espólio. Para além da superior qualidade de acondicionamento, estas estantes rolantes compactas, permitirão colocar, numa mesma área, um volume documental muito superior ao que seria arrumado nas estantes tradicionais.

#### Estrutura

No entanto, as estantes compactas (montadas nos diversos depósitos), exigem que a estrutura das salas suporte uma carga muito elevada. Foi, portanto, concebido e construído um sistema que reforça o piso superior dos depósitos, incluindo a criação de um andar intermédio, onde a

## A transferência do Arquivo Histórico trará consigo uma alteração profunda a nível da qualidade

placa, apesar de estreita, permite contornar esta dificuldade e resistir de forma mais eficaz a um possível terramoto.

#### Depósitos

Optou-se por centralizar as salas do depósito na zona norte do imóvel, numa área que possui uma maior protecção contra os raios solares, uma vez que se encontra escudada pelo edifício localizado mais a sul. As áreas de trabalho e a sala de leitura dos utilizadores estão situadas neste corpo sul, onde a luz natural é mais intensa.

A área de depósitos está devidamente compartimentada. Este é um aspecto bastante importante, uma vez que nos espaços menores é geralmente mais simples e económico manter as condições ambientais sem grandes oscilações. Além disso, em caso de catástrofe (ex. fogo ou inundações), torna-se mais fácil confinar qualquer desses problemas apenas à sala onde este teve origem, evitando que se propague, com tanta facilidade, a outras divisões.



#### Janelas

Cada sala de depósito possuía várias janelas mas, com base no aconselhamento técnico do Sr. Eng.<sup>o</sup> Luís Elias Casanovas, foi determinado encerrá-las e substituí-las por outras, mais estreitas, apenas para arejamento e circulação de ar.

Na área dos depósitos, as janelas possuem grelhas para controlo de luminosidade e redes contra insectos



Acesso ao corredor dos depósitos, através de uma SAS



#### Controlo Ambiental

Tendo em vista, por um lado, transferir a documentação para um espaço de depósitos onde existe um ambiente estável e, por outro, adquirir equipamento de climatização adequado, fomos aconselhados pelo Sr. Eng.º Casanovas que, após a conclusão da obra, se deveria deixar secar as massas, tintas e restantes materiais da estrutura do imóvel. O período de secagem deverá durar até ao final de Setembro de 2006. Através de uma monitorização das condições de temperatura e humidade, será possível verificar o comportamento dos diver-

sos elementos e as condições que o edifício passará a oferecer. Só com essa informação poderá ser determinado qual o equipamento de ventilação e ar condicionado (AVAC) mais aconselhável à estabilização do ambiente.

#### Safety Area Security (SAS)

O acesso aos corredores dos depósitos é efectuado através da chamada SAS. Esta área contém a zona do monta-livros e possui, nas extremidades, duas portas que funcionam em sintonia. Assim, quando se abre uma porta, a outra fica encerrada até que a primeira seja devidamente fechada. Este processo garante que as atmosferas dos corredores, separados pelo SAS, nunca entrem em contacto directo. O sistema evita desperdícios de energia porque se controla, de forma eficaz, o ambiente dos depósitos (temperatura, humidade, poeiras, etc). Além disso, este método é um elemento importante de contenção de um eventual incêndio, uma vez que as duas portas são corta-fogo.

#### Alteração das condições de trabalho

A alteração das condições de trabalho dos diversos cola-



Após a transferência para as novas instalações, a alteração das condições de trabalho dos diversos colaboradores será notória





Algumas das medidas de segurança aplicadas nas futuras instalações do Arquivo Histórico da SCML.



boradores será notória após a transferência. No espaço actual, os funcionários não possuem salas, mobiliário adequado, nem espaço suficiente para desenvolver as suas actividades. Assim, é frequente fazerem-no no depósito, sem luz natural nem arejamento.

Nas novas instalações, os circuitos da documentação e os percursos dos funcionários foram estudados, de modo a garantir eficiência de procedimentos e um maior grau de eficácia em relação às tarefas desenvolvidas.

#### Higienização da documentação

A título de exemplo, podemos destacar acções relacionadas com a preservação do espólio, nomeadamente através de medidas preventivas; é o caso da higienização da documentação, que teve de ser interrompida em 2003, porque originava a disseminação do pó por toda a área. No novo Arquivo ser-nos-á possível retomar estes trabalhos numa sala especificamente destinada a esse fim. Esse espaço será equipado com uma mesa de higienização<sup>10</sup> que permitirá desenvolver a actividade, dentro de parâmetros de segurança e protecção dos funcionários, assim como dos suportes da informação.

#### Plano de Preservação e Conservação (PP&C)

Em relação às medidas para a boa preservação da documentação nos novos depósitos, deve ser realçado o sistema de iluminação, com filtros nas lâmpadas (de modo a eliminar as radiações ultravioletas), ou a pintura autonivelante que foi aplicada no pavimento (o que simplificará a limpeza de toda esta área).

As medidas anteriormente descritas fazem parte do Plano de Preservação e Conservação, apresentado no 4º Encontro do Instituto Português de Conservação e Restauro realizado a 24 e 25 de Novembro de 2005, na Universidade Lusíada (consultar artigo nesta revista).

#### Segurança

No que concerne aos aspectos relacionados com a segurança, será importante referir que foram elaborados projectos a nível de rede eléctrica, telecomunicações, água e esgotos, de medidas de prevenção e extinção de incêndios, além do sistema de controlo de acessos (através de cartões digitais, câmaras de vigilância e alarme de intrusão).

#### Áreas dos utilizadores

Por fim, será importante indicar as alterações radicais nas áreas dos utilizadores que, passam a usufruir de:

- Uma sala de leitura (a actual sala de utilizadores, no prédio da Av. D. Carlos I, não contém espaço suficiente nem condições apropriadas, o que dificulta as consultas e não dignifica a imagem da Santa Casa), com mais postos de trabalho, iluminação adequada e mobiliário apropriado (incluindo mesas amplas com candeeiros individuais);
- Acesso a um maior número de instrumentos de descrição documental e a bases de dados dos fundos documentais;
- Uma área de circulação e instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida;
- Cacifos individuais.



A sala de higienização, antes e durante as obras de remodelação



### Desinfestação

Estão criadas condições para que antes de dar entrada nos depósitos, toda a documentação seja desinfestada através de um sistema ecológico. A documentação é colocada em invólucros estanques, onde o ar existente no interior é substituído por uma atmosfera com baixa concentração de oxigénio, introduzindo gases inertes, como o azoto (nitrogénio) ou o dióxido de carbono.

Este novo espaço estará ao serviço da Santa Casa e da comunidade, passando a proporcionar um importante apoio a todos os investigadores que levem a cabo pesquisas sobre a História desta Instituição, da Cidade e de Portugal. ■

<sup>1</sup> Director do Arquivo Histórico/Biblioteca

<sup>2</sup> Técnica Superior de Arquivo

<sup>3,4</sup> Técnicos do Serviço de Audiovisuais – Gabinete de Relações Públicas da SCML.

Nota: Agradecemos a recolha de elementos levada a cabo pela Senhora D. Mafalda Ferro, colaboradora do Arquivo Histórico/Biblioteca.

<sup>1</sup> Esta determinação é referida no livro nº 1 dos Privilegios da Santa Casa, fólio 1, repetindo essa informação nos folios 58 e 112.

<sup>2</sup> *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história 1498-1898*, obra impressa em Lisboa, na tipografia da Academia Real das Ciências, em 1902. Saliente-se que, com este trabalho, Vítor Ribeiro se candidatou a membro da Academia das Ciências de Lisboa, o que veio a concretizar-se em 1906.

<sup>3</sup> Livro de Actas nº 19, sessão de 20 de Maio de 1899, 2ª deliberação. Na sessão de 3 de Junho (3ª deliberação), foi aprovado um orçamento de 600 mil reis para levar a cabo estas obras e, na sessão de 17 de Junho de 1899 (4ª deliberação), determinou-se que fossem reparados o tecto e o telhado "da casa destinada ao novo Arquivo [...] autorizando a despesa de 400\$000 reis para as referidas obras [...]". Posteriormente, na sessão de 15 de Outubro de 1903, referiu-se que "estando concluída em dos parâmetros em que se deve começar a instalação do arquivo, determino a Administração que se proceda à fatura de despesas nestas de prolabras [...]".

<sup>4</sup> Livro de Actas nº 26, sessão de 9 de Dezembro de 1932, 3ª deliberação.

O Arquivo esteve localizado no 2º andar do Complexo de São Roque até à sua transferência para as actuais instalações (na Av. D. Carlos I). A última remessa de documentação teve lugar em 1990, permanecendo em São Roque apenas alguns livros impressos no século XX.

Numa gravação áudio, que se conserva no Serviço de Audiovisuais, o ex-funcionário Mário Moreira da Silva refere que, além deste espaço, o Arquivo possuía também um depósito, localizado numa sala perto da sacristia da Igreja de São Roque.

<sup>5</sup> Livro nº 51, acta da 24ª sessão de Mesa, realizada a 24 de Junho de 1965, 14ª deliberação.

<sup>6</sup> Na 10ª sessão de Mesa (realizada a 9 de Março de 1972), através da 6ª deliberação, ficou determinado que se procedesse à transferência do Arquivo para o novo edifício da Rua de São Bento nº 9. Esta operação decorreu entre Abril de 1972 e Julho de 1975, tendo-se, no entanto, conservado alguns processos no antigo Arquivo. Seria também importante referir que (apesar da transferência ter ficado decidida numa deliberação de 1972), o espaço do novo Arquivo foi sofrendo obras de adaptação ao longo de 1973 e 1974.

<sup>7</sup> Proposta A.H.3/94, de 7 de Janeiro de 1994. Este trabalho foi posteriormente reformulado, tendo sido apresentado (em Julho de 2003), o Programa Funcional, onde se descrevem os diversos aspectos que um edifício deve possuir, para aí acondicionar documentação.

<sup>8</sup> Na sessão de Mesa de 14 de Agosto de 2003 (deliberação 1000), foi dado conhecimento do ofício endereçado ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), formalizando o pedido de cooperação; a assinatura com a DGEMN teve lugar a 21 de Outubro de 2003. Posteriormente, a aprovação do estudo prévio do projecto de arquitectura (para a instalação do Arquivo Histórico/Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Complexo de São Roque/Edifício do antigo Palácio Nisa), foi estabelecida através da deliberação 87ª, da sessão de Mesa realizada a 29 de Janeiro de 2004. O projecto de especialidade foi entregue à empresa Gênhau, Engenharia e Gestão Lda (deliberação 614ª, da sessão de Mesa de 13 de Maio de 2004).

<sup>9</sup> Como não existia no mercado uma mesa de higienização com as características requeridas, os fabricantes, em articulação com o Arquivo Histórico/Biblioteca, procederam a alterações e melhoria do equipamento existente. Foi então criado um novo modelo que permite aos operadores trabalhar sentados e num ambiente com menores níveis de ruído.